

GABRIELA NEVES DELGADO

Doutora em Filosofia do Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais. Mestre em Direito do Trabalho pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Professora Adjunta de Direito do Trabalho nas Faculdades de Direito Milton Campos e PUC Minas. Advogada.

DIREITO FUNDAMENTAL AO TRABALHO DIGNO

Editora LTr

2006

331:34
D352df



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Delgado, Gabriela Neves.

Direito fundamental ao trabalho digno / Gabriela Neves Delgado — São Paulo: LTr, 2006.

Bibliografia. ISBN 85-361-0759-6

1. Direito ao trabalho I. Título.

05-7580 CDU-34:331.101.21

Índice para catálogo sistemático:

1. Direito fundamental ao trabalho digno : Direito trabalhista
34:331.101.21

331:34
D352df



SUMÁRIO

Prefácio - Márcio Túlio Viana	13
--------------------------------------	----

INTRODUÇÃO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO E DIREITO AO TRABALHO

1. A cisão do trabalho entre o ético e o poietico nos paradigmas do Estado Contemporâneo	17
2. A reconstrução ética do trabalho	20
3. A construção ética do direito fundamental ao trabalho digno pelo Direito do Trabalho	26
4. Filosofia do Direito e trabalho digno	28

CAPÍTULO I FUNDAMENTO E ESTRUTURA DOS PARADIGMAS DO ESTADO CONTEMPORÂNEO

1. Conceito de Estado	31
1.1. A dimensão ideal ou conceitual de Estado	31
1.2. A finalidade do Estado Contemporâneo	40
1.3. A dimensão real ou empírica de Estado	41
2. Os paradigmas do Estado Contemporâneo	43
2.1. O paradigma do Estado Liberal de Direito	44
2.2. O paradigma do Estado Social de Direito	48
2.3. O paradigma do Estado Democrático de Direito	49

CAPÍTULO II FUNDAMENTO E ESTRUTURADO DIREITO FUNDAMENTAL AO TRABALHO NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

1. Os direitos fundamentais do homem	55
2. A integração dos direitos fundamentais por meio das gerações de direitos	57
3. A perspectiva jusfundamental de <i>Robert Alexy</i>	61
3.1. A estrutura da norma de direito fundamental	61
3.2. Juízos de dever-ser contraditórios	62
3.2.1. O conflito de regras	62
3.2.2. A colisão de princípios	63
3.3. A teoria dos princípios e a máxima da proporcionalidade	66
3.4. O modelo ideal para as normas jusfundamentais	67
4. O direito fundamental ao trabalho digno	69
4.1. Perspectiva filosófica	69
4.2. Perspectiva normativa	71

331:34
D352df



4.3. Perspectiva histórico-constitucional	72
4.4. A Constituição Federal de 1988 e o direito fundamental ao trabalho digno	77

CAPÍTULO III FUNDAMENTO E ESTRUTURADOS VALORES NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

1. Introdução	83
2. A utilização do vocábulo "valor" na linguagem contemporânea	85
3. Características dos valores	88
4. A teoria filosófica dos valores ou Axiologia	91
4.1. Positivismo jurídico e Axiologia	91
4.2. A perspectiva axiológica de <i>Hans Kelsen</i>	96
4.3. A perspectiva axiológica de <i>Max Scheler</i>	100
4.4. A perspectiva axiológica de <i>Robert Alexy</i>	103
4.5. A perspectiva axiológica de <i>Miguel Reale</i>	106
5. Norma jurídica: valor, princípio e regra	108

CAPÍTULO IV FUNDAMENTO E ESTRUTURA DO VALOR TRABALHO NAS TEORIAS ECONÔMICAS E FILOSÓFICAS CONTEMPORÂNEAS

1. O valor trabalho	111
2. O valor trabalho no pensamento político do século XVII	113
2.1. <i>Thomas Hobbes</i> e <i>John Locke</i>	113
3. O valor trabalho nas teorias econômicas do liberalismo clássico	118
3.1 <i>Adam Smith</i>	118
3.2. <i>David Ricardo</i>	121
4. O valor trabalho na teoria <i>Hegeliana</i> : "a dialética do senhor e do escravo"	123
5. O valor trabalho no pensamento marxista	127
5.1. O marxismo tradicional	127
5.2. Historiadores marxistas e o campo da história social	132
5.3. <i>Marx</i> e o significado do trabalho no processo de constituição da identidade social do trabalhador	133
6. A ética do valor trabalho em <i>Felice Bataglia</i>	136

CAPÍTULO V FUNDAMENTO E ESTRUTURA DAS RELAÇÕES DE TRABALHO NOS PARADIGMAS DO ESTADO CONTEMPORÂNEO

**331:34
D352df**



1. As relações de trabalho antecedentes ao capitalismo clássico	141
2. Estado e trabalho no capitalismo clássico	145
2.1. O modelo taylorista de divisão do trabalho	153
2.2. Desafios à continuidade do trabalho no marco do Estado Liberal de Direito	154
2.3. O modelo fordista de divisão do trabalho	159
3. As relações de trabalho na conjuntura da crise capitalista de fins do século XX	163

CAPÍTULO VI
DIREITO FUNDAMENTAL AO TRABALHO: A CRISE
DO VALOR TRABALHO NA PERSPECTIVA
DO ESTADO POIÉTICO

1. Hegel e a sociedade civil burguesa	171
2. A sociedade civil contemporânea	174
3. Fundamento e estrutura do trabalho nas relações de produção capitalistas do Estado Poiético	177
3.1. O modelo toyotista de produção	177
3.2. Novas diretrizes de inserção dos trabalhadores no mundo do trabalho	182
3.3. A terceirização como nova diretriz de contratação trabalhista	185
3.4. Novas formulações para o emprego na virada do século XX	189
3.5. O custo do trabalho formalizado na virada do século XX	192
3.6. Desregulamentação e flexibilização	194
3.7. A flexibilização do Direito do Trabalho	195
3.8. Desregulamentação e flexibilização trabalhistas no Brasil contemporâneo	197
4. O Estado Poiético e a desestabilização do direito ao trabalho digno	201

CAPÍTULO VII
DIREITO FUNDAMENTAL AO TRABALHO: A REAFIRMAÇÃO
DO VALOR TRABALHO DIGNO NA PERSPECTIVA DO
ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

1. Estado Democrático de Direito e direito ao trabalho digno	203
2. Os direitos de indisponibilidade absoluta no Direito do Trabalho: precisando conceitos	210
2.1. Fundamentação filosófica	210
2.2. Fundamentação justrabalhista	211

331:34
D352df



2.3. O patamar civilizatório mínimo do direito ao trabalho digno	214
3. A evolução jurídico-axiológica do Direito do Trabalho: reconstruindo conceitos	215
4. A regulamentação jurídica do Direito do Trabalho	221
4.1. A regulamentação jurídica do emprego	222
4.2. A regulamentação jurídica das relações de trabalho <i>lato sensu</i>	227
4.3. A regulamentação jurídica das relações sindicais	230
4.3.1. Âmbito internacional	230
4.3.2. Âmbito nacional	231
4.3.3. Atuação e representação sindical dos trabalhadores terceirizados no Brasil	233
5. O trabalho na existência individual e social contemporânea	236

CONCLUSÃO

ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO E DIREITO UNIVERSAL AO TRABALHO DIGNO	239
--	-----

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	243
--------------------------------	-----

